

MEGAEVENTOS ESPORTIVOS NO BRASIL: SEREMOS ESPECTADORES OU PARTICIPANTES?

Marilita Gnecco de Camargo Braga
Programa de Engenharia de Transportes - COPPE/UFRJ
marilita@pet.coppe.ufrj.br

Nilton Bahlis dos Santos
Núcleo de Experimentação de Tecnologias Interativas (Next/Fiocruz)
nilton-santos@icict.fiocruz.br

RESUMO

Este artigo discute impactos dos megaeventos esportivos a partir de um exame da literatura sobre o assunto. Especial atenção é dada ao legado proporcionado por tais eventos, citando exemplos mundiais. Como o Brasil sediará megaeventos esportivos em 2014 e em 2016, é retomada a discussão sobre aspectos dos Jogos Pan-Americanos (Rio de Janeiro 2007), de modo a pautar algumas recomendações para o futuro. É discutido o acompanhamento, por parte da sociedade civil, dos períodos pré e pós os eventos que ocorrerão no país, apontando oito tópicos principais que devem ser pauta desse acompanhamento. O artigo finaliza com propostas visando a organização necessária para tal acompanhamento.

ABSTRACT

This study discusses impacts of sports mega-events identified in the literature review. Special attention was given to the legacy of such events, mentioning worldwide examples. Brazil will host mega-events in 2014 and 2016. A discussion on aspects of the hosting of the Pan American Games (Rio de Janeiro 2007) is conducted, aiming at building on this experience recommendations for the future. The discussion leads to the participation of the civil society in the process of monitoring the periods before and after the events taking place in the country. The study lists eight main topics that should be included in the monitoring process. It concludes with proposals aiming at building the necessary monitoring organization.

PALAVRAS CHAVE megaeventos, legados, esportes, transportes

1. INTRODUÇÃO

Em períodos recentes, surgiu uma estratégia voltada para estimular o crescimento econômico em determinadas localidades e regiões, com a hospedagem de megaeventos (Andranovich et al, 2001; Chen & Spaans, 2009) de diferentes tipos, em especial desportivos. Horne & Manzenreiter (2004) citam a definição de Roche (2000) para

megaeventos, como “eventos culturais de larga escala, com apelo popular massivo, de importância internacional e administrados por uma combinação de atores governamentais nacionais e não governamentais internacionais”.

Para sediar esses eventos esportivos, porém, é preciso vários anos para preparar a proposta e enfrentar uma grande competição, a nível global. No caso de eventos esportivos realizados a cada 4 anos, pode transcorrer uma década entre o lançamento da candidatura e a cerimônia final do evento (Andranovich et al, 2001). Preparar-se para concorrer e, finalmente, sediar um evento ganha cada vez mais importância, além de contribuir para a criação da imagem internacional da cidade e/ou do país. Assim, cada vez mais, governos de diferentes países estão dispostos a assumir os inúmeros e sérios riscos (de toda ordem) na disputa por esse tipo de visibilidade. Decisões são tomadas, que nem sempre reproduzem um processo normal de planejamento de uma atividade ou projeto (Silvestre, 2009). Os eventos se dividem em 3 fases: candidatura, organização e legado. Pelas razões discutidas a seguir, consideramos necessário que a sociedade civil esteja atenta ao planejamento e à execução de projetos voltados aos megaeventos esportivos.

2. MEGAEVENTOS ESPORTIVOS E LEGADOS

As características únicas dos megaeventos esportivos podem explicar o interesse que geram e a atração que exercem. A magnitude do interesse vai depender do público que atingem e atraem, da abrangência internacional e da popularidade do tema, do turismo gerado, da cobertura da mídia e interesse de setores como marketing e propaganda, bem como dos diferentes impactos, inclusive os econômicos. A cada 4 anos, uma cidade hospeda os Jogos Olímpicos. O Comitê Olímpico Internacional (COI) promove um rodízio de cidades-sede entre as diferentes regiões do mundo. O continente africano ainda não sediou olimpíada e Rio de Janeiro 2016 será a primeira sede sul americana. Os Jogos Paraolímpicos (com atletas com deficiência ou mobilidade reduzida) foram criados em 1960 e oficializados pelo COI em 1984 (Souza & Marchi Junior, 2010). A candidatura de Londres para 2012 enfatizou a integração dos Jogos Paraolímpicos, além de trabalhar a noção de que é uma cidade sem barreiras para as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Os aspectos inclusivos também envolveram questões étnicas, realçando a característica multicultural da cidade (Gold & Gold, 2008).

A África do Sul foi a primeira nação africana a sediar um megaevento (Copa do Mundo de Futebol 2010). Os profissionais envolvidos na fase de candidatura se pautaram na experiência de países onde houve uma significativa oposição a sediar um megaevento, por parte de comunidades marginalizadas e pobres. Dois elementos foram considerados relevantes: a) o evento deveria ser visto como catalisador para a melhoria das condições de vida, em particular dos marginalizados; b) reconfiguração de cidades marcadas pelo *apartheid*. Um sistema de transporte integrado foi considerado fundamental. O evento também foi importante para reconstruir áreas subdesenvolvidas e periféricas. Pesquisas verificaram a percepção do público sobre o evento, identificando que 1/3 dos sulafricanos tinha expectativa de se beneficiar da geração de empregos (Pillay & Bass, 2009).

Barcelona (Olimpíadas de 1992) é o grande exemplo de regeneração urbana. Do total dos investimentos, 83% foram em melhorias urbanas. O sistema metroviário foi ampliado, o aeroporto reprojetoado, a ferrovia costeira redirecionada, os sistemas de telecomunicações modernizados e foram abertos 5km de praias e passeios junto à costa (Gold & Gold, 2008). Mesmo assim, a criação de empregos ficou restrita a empregos temporários e com baixa remuneração (Pillay & Bass, 2009).

A partir dos jogos olímpicos de Los Angeles (1984), viu-se que esse tipo de evento poderia ser um êxito comercial (Horne & Manzenreiter, 2004). A literatura sobre impactos econômicos de megaeventos, no entanto, aponta contrastes entre o que é esperado e o realizado, indicando que se pode superestimar impactos que não se verificam (Horne & Manzenreiter, 2004), ou que os custos podem superar as receitas (Silvestre, 2009). Horne & Manzenreiter (2004) mencionam que os “países devem parar de inventar benefícios econômicos a partir de eventos esportivos e simplesmente tratá-los como gastos ou investimentos visando à promoção nacional”. A população de Montreal só terminou de pagar os custos das Olimpíadas 1976 mais de 2 décadas depois: o déficit foi de US\$ 1,2 bilhões (Gold & Gold, 2008; Pillay & Bass, 2009). Isso ocorreu por “objetivos políticos confusos, gerenciamento financeiro e logístico deficiente e construções ambiciosas que geraram sérios déficits orçamentários” (Gold & Gold, 2008). As cidades americanas que sediaram a Copa do Mundo 1994 tiveram perdas econômicas variando entre US\$ 5,5 e 9,3 bilhões (Pillay & Bass, 2009).

Megaeventos atraem investimentos em infraestrutura. Espera-se que todo tipo de infraestrutura construída permaneça e seja usada em benefício da população local, constituindo-se, assim, num legado para essa comunidade e para o país. É justamente esse tipo de legado, que permite que a população local julgue importante sediar o evento. O conceito de legado foi usado, pela primeira vez, nos jogos de Melbourne (Austrália), em 1956. A partir de então, ele tem evoluído e se ampliado (Gold & Gold, 2008). A questão assumiu tal importância que, em 2002, em Barcelona, ocorreu o Simpósio Internacional sobre Legado dos Jogos Olímpicos. Houve consenso de que havia sido dada pouca atenção ao conceito e uma das conclusões foi a necessidade de pesquisar mais o assunto, além da recomendação, de que a construção do legado deveria ser iniciada concomitantemente ao lançamento da candidatura (Sadd & Jones, 2009). É a (necessária) relação com estratégias de longo prazo que pode garantir a efetivação desse legado (Silvestre, 2009). Para Souza & Marchi Júnior (2010), o termo legado traduz as dimensões sociais dos megaeventos. Entretanto, a subutilização da infraestrutura, sobretudo a esportiva, no período pós evento, parece comum a diferentes cidades (Darido, 2010).

Os transportes assumem tal importância no desempenho de um evento que, para Sadd & Jones (2009), o melhor efeito causado por uma Olimpíada apenas ocorrerá se toda a infraestrutura (esportiva) necessária estiver concentrada numa determinada área: desta forma deslocamentos e viagens por automóvel seriam evitados e os problemas de transportes reduzidos. Alguns projetos de transporte e tráfego foram considerados bem sucedidos, o que segundo Bovy (2008) causa surpresa: Sydney 2000 (Olimpíadas), Atenas 2004 (Olimpíadas) e Alemanha 2006 (Copa do Mundo). Sydney apoiou sua candidatura numa proposta que contemplava medidas a favor do meio ambiente, incluindo redução do

tráfego de veículos de passeio e estacionamento. O projeto de maior fracasso nessa área foi o de Atlanta 1996, o que fez o COI investir no programa TOK (*Transfer of Knowledge*) de transferência de conhecimento entre sedes, com o objetivo de “melhorar a qualidade dos serviços de transportes e reduzir os riscos operacionais” (Bovy, 2008).

As medidas bem sucedidas de Sydney 2000 foram (Bovy, 2008): criação de um organismo de transportes (incluindo todos os modos), que pela primeira vez nos jogos olímpicos centralizou o comando do transporte público e o controle de tráfego; parque olímpico alimentado por nova ferrovia (concentrando 80% das viagens produzidas pelo evento) e por linhas de ônibus expresso temporárias; redução de acesso por carro ao parque olímpico e gratuidade dos transportes; telões em locais alimentados por transporte público; teste de todas as instalações de esporte e de transportes (até 2 anos antes das Olimpíadas); gerenciamento da demanda para reduzir o tráfego durante o evento (mesmo com 6,7 milhões de espectadores). Apesar do atraso na construção da infraestrutura de transportes (Atenas 2004) e dela não poder ser testada, Bovy (2008) aponta: a transferência de conhecimento foi eficiente, devido aos profissionais da área de transportes terem participado da preparação das Olimpíadas e Paraolimpíadas de Sydney; desenvolvimento do sistema viário; renovação e ampliação dos sistemas de transportes incluindo extensão de linhas de metrô, nova ferrovia suburbana, nova linha de bonde e novo aeroporto internacional; operação de faixas exclusivas para tráfego olímpico.

Para a construção de todo tipo de infraestrutura, pode haver a necessidade de desapropriações. A especulação imobiliária e a valorização de terrenos adjacentes às estruturas e sistemas construídos pode acarretar a expulsão de comunidades mais pobres, acentuando as desigualdades e a polarização social, em vez de promover maior inclusão e melhores condições de moradia para essa população. Estima-se que 700.000 pessoas tenham sido desalojadas para as Olimpíadas de Seul 1988, 59.000 residentes saíram de Barcelona 1982 (além do valor da moradia ter subido 250%) e houve 1,5 milhão de desalojados em Beijing 2008. Prevê-se significativo número de desalojados em Londres em 2012 (Horne & Manzenreiter, 2006; Gold & Gold, 2008; Silvestre, 2009; Pillay & Bass, 2009). Os inquilinos são os mais afetados (Chen & Spaans, 2009). O projeto de regeneração urbana para Atlanta 1996 não melhorou as condições dos moradores e ainda colocou sob suspeita a descontaminação do solo em terreno utilizado para o evento (Gold & Gold, 2008). Em Sydney 2000, o déficit de moradias foi agravado (Pillay & Bass, 2009). Esses autores apontam que o impacto sobre os residentes e sobre a moradia é um tópico que deve preocupar, em particular, os países em desenvolvimento.

Horne & Manzenreiter (2006) afirmam que os megaeventos esportivos foram, em grande parte, feitos por organizações não democráticas, frequentemente com processos anárquicos e sem transparência nas decisões; seguidamente atendendo interesses globais e não das comunidades locais. Silvestre (2009) acrescenta que é desconsiderada a participação popular; os residentes afetados normalmente são informados e não consultados antes das decisões. Há pouca garantia de que os megaeventos contribuam para reduzir a pobreza (Pillay & Bass, 2009). O grande exemplo de manifestação popular contrária a uma olimpíada ocorreu no México 1968, conhecido como o massacre de Tlatelolco, com a morte de cerca de 200 pessoas. Diferentes grupos de resistência a megaeventos esportivos

surgiram desde 1996, como o *Bread Not Circuses Coalition* (Canadá) e *The International Network Against Olympic Games and Commercial Sports* (Europa), movimentos que “pressionam por mudanças significativas nas práticas adotadas pelos organizadores” (Raeder, 2009).

Pillay & Bass (2009) insistem em que uma agenda desenvolvimentista deve fazer parte da estratégia do evento, incluindo: compromisso para construir infraestrutura em áreas carentes; noção de que a implementação de infraestrutura estimula outras iniciativas; reforço de programas de esporte em comunidades carentes; criação de empregos; provisão de moradia financeiramente acessível; apoio a pequenos negócios; implementação de um sistema de transportes integrado; mecanismos de consulta à população.

3. JOGOS PAN AMERICANOS 2007 NO RIO DE JANEIRO

Em 2007, o Rio sediou os XV Jogos Pan Americanos (PAN 2007) e os Jogos Parapan Americanos (PARAPAN 2007). Segundo o Comitê Organizador, foram vendidos 1,3 milhão de ingressos. Conforme Curi (2009), o custo do evento foi 10 vezes maior do que o orçamento inicial. Os Jogos do PARAPAN são direcionados aos atletas com deficiência ou mobilidade reduzida. Entretanto, nenhuma medida específica na área de Transportes foi projetada para o evento de 2007, exceto disponibilizar uma frota de 40 taxis acessíveis. Os sistemas de trens urbanos e metropolitanos possuíam, à época: 9 estações parcialmente adaptadas e 2 acessíveis (no total de 33 estações); pessoal habilitado, nas estações, ao monitoramento de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida (Carvalho & Braga, 2007). Essas autoras também mencionam críticas a medidas e decisões tomadas pela Prefeitura e pelo Comitê Organizador dos Jogos Panamericanos Rio 2007 (CO-RIO), partindo do Comitê Social do PAN 2007 que reunia 16 organizações sob a coordenação do Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS). Tais críticas estão voltadas para o não cumprimento da Agenda Social, requisito considerado fundamental e apresentado pela cidade, quando candidata a sede. A Agenda indicava metas direcionadas a grupos da população, em particular idosos, pessoas com deficiência e populações consideradas de risco social. Sediar o PARAPAN 2007 não se converteu numa oportunidade de “estabelecer uma perspectiva crítica quanto à acessibilidade e à mobilidade das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, nem como uma oportunidade de trabalhar conceitos voltados à inclusão dessa parcela significativa da população, beneficiando todos os usuários do sistema de trânsito e transporte conjuntamente” (Carvalho & Braga, 2007).

O Legado Social, criado em 2006, foi coordenado pelo Ministério do Esporte e congregava, além da Secretaria Executiva do Comitê de Gestão das Ações Governamentais dos Jogos Pan Americanos Rio 2007 (SEPAN), vários ministérios (<http://www.servidorpublico.net/noticias/2006/06/11/cidade-de-deus-tera-programa-piloto-para-acoes-do-legado-social-do-pan>). Já o Observatório de Favelas informa que o Legado Social foi iniciativa do Observatório, em convênio com a SEPAN. Um relatório foi produzido com base em diagnóstico realizado entre janeiro e maio de 2007, em 50 comunidades populares “localizadas nas vias de acesso ou entorno dos locais de realização” do evento. Visou a “elaboração de recomendações aos gestores públicos – um conjunto de estratégias a serem contempladas por políticas públicas e programas sociais”

(<http://www.legadosocial.org.br/legado/legado.html#item6>). Donha et al (2010) mencionam que, apesar de terem sido definidas 43 metas para o Legado Social do PAN 2007, 7 delas foram cumpridas e 23 não o foram, não havendo informações a respeito das 13 restantes.

Algumas intervenções foram consideradas problemáticas: destruição da vegetação na Marina da Glória/Parque do Flamengo; outras obras na Marina, não vinculadas especificamente a necessidades do evento esportivo mas a características de centro de negócios, suspensas por ordem judicial em 2006 como resultado da mobilização da sociedade civil; construção da Vila Pan Americana (para posteriormente ser moradia) em terreno inapropriado a construções de grande porte, com recursos públicos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, atualmente sofrendo abandono; transformação do Estádio de Remo da Lagoa (de 1954) no projeto Lagoon, da iniciativa privada (com a derrubada de partes preservadas por lei de 2005), embora as obras somente tenham sido finalizadas após o Pan 2007; remoção de comunidades de baixa renda; abandono do Centro Aquático que não serviu ao propósito divulgado de atender a crianças e adolescentes da escola pública (Behnken & Godoy, 2009; Mascarenhas & Borges, 2009; Curi et al, 2011). Assim, alguns projetos com interesses empresariais foram apresentados como se seus objetivos fossem esportivos. As denúncias públicas tiveram um papel importante na resistência a alguns desses projetos. O Comitê Social do PAN (“associação de movimentos e organizações já existentes”) foi um grupo que “teve como foco central de suas denúncias o desrespeito aos princípios de justiça social em favor de interesses particulares” (Benedicto, 2009).

Curi et al (2011) apontam que: as autoridades são reticentes e vagas, ao serem questionadas sobre o legado deixado; a população da cidade atuou como financiador indireto do evento tendo em vista os altos impostos (dentre os mais altos do mundo); os investimentos não foram usados para a expansão do transporte público. Mascarenhas & Borges (2009) mencionam que os investimentos foram concentrados em áreas privilegiadas da cidade, como a Barra da Tijuca. Vários autores concordam que o legado efetivo foi bastante reduzido: muito pouco do que foi prometido na candidatura aos Jogos foi realizado, em especial no que diz respeito a melhorias nos transportes (Benedicto, 2009).

Sediar os Jogos Panamericanos foi fundamental para a escolha da cidade para as Olimpíadas 2016. Após o PAN 2007, foi constituído o Comitê Especial de Legado Urbano (CELU), afeto à Coordenadoria Geral de Planejamento Urbano. Em 2008, o CELU produziu o documento “Plano de Legado Urbano e Ambiental Rio 2016”. O Plano Macro aborda transportes e sistema viário, meio ambiente, saneamento ambiental, habitação e desenvolvimento social. Os Planos Locais foram desenvolvidos para: Barra da Tijuca, Deodoro, Engenho de Dentro, Maracanã/Quinta da Boa Vista, Cidade Nova/Sambódromo e área Portuária (<http://www.rio.rj.gov.br/web/smu/exibeconteudo?article-id=138922>).

4. O QUE ESPERAR DOS PRÓXIMOS MEGAEVENTOS BASILEIROS

Megaeventos servem a vários propósitos e se revestem de características multidimensionais (Horne & Manzenreiter, 2004). No caso da sociedade brasileira, a prática esportiva pode ter um caráter educativo e de transformação social (Souza & Marchi Junior, 2010). Entretanto, o PAN 2007, a Copa do Mundo 2014 e as Olimpíadas 2016 não se configuram como um

projeto conjunto da sociedade brasileira. Por isso mesmo, a sociedade deve estar atenta às propostas e implementações feitas em nome dos eventos esportivos.

A Prefeitura do Rio de Janeiro, em 01/01/2009, criou a Secretaria Especial Copa 2014 e Rio 2016 (SERIO). É um órgão assessor do Prefeito para coordenar as ações dos Jogos Mundiais Militares 2011, Copa das Confederações FIFA 2013, Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos 2016 (<http://www.rio.rj.gov.br/web/serio/exibeconteudo?article-id=93254>). Em 2010, foi criado o Instituto Rio 2014/2016 para coordenar e monitorar a execução e a aplicação de recursos dos projetos municipais nos eventos. Embora projetos específicos sejam responsabilidade das respectivas secretarias, o Instituto monitorará se as obras “se realizarão dentro dos prazos, se as verbas estão sendo aplicadas corretamente, além de dar suporte técnico a todas as secretarias e órgãos envolvidos” (<http://www.rio.rj.gov.br/web/gbp/exibeconteudo?article-id=775652>). Em 2010, um “pacote legislativo” foi aprovado pela Câmara de Vereadores e foi prevista a criação da Empresa Municipal Rio 2014-2016 para dar agilidade na execução dos projetos “com processos paralelos à rotina do município” (<http://www.rio.rj.gov.br/wemunicípiib/guest/exibeconteudo?article-id=1197583>).

A Prefeitura do Rio de Janeiro e a de Vancouver (sede dos Jogos de Inverno 2010) assinaram em 2010 acordo de cooperação para troca de informações e experiências entre equipes técnicas, além de apoio na preparação dos jogos de 2016. Apesar das diferenças entre os eventos, entre essas cidades e entre os 2 países, a motivação para a cooperação foi justificada pelas oportunidades de negócios existentes, na descentralização dos centros de mídia e no modelo de baixo impacto ambiental do evento de Vancouver (<http://www.rio.rj.gov.br/web/serio/exibeconteudo?article-id=183099>).

Em fevereiro de 2011, foi criado o “Conselho do Legado da Cidade, que terá como objetivo envolver a sociedade na preparação para a Copa do Mundo de 2014 e para os Jogos Olímpicos Rio 2016”. O Conselho, com caráter consultivo, será presidido pelo Prefeito e seus integrantes (representantes dos governos e da sociedade civil) deverão “analisar os projetos da cidade para os grandes eventos e poderão apresentar sugestões que complementem as ações em desenvolvimento” (<http://www.rio.rj.gov.br/web/gbp/exibeconteudo?article-id=1541595>). Em 2011, está prevista a instalação do conselho “O Rio e as Olimpíadas” visando a discussão das “linhas de ação da prefeitura e das empresas privadas” até a realização do evento (<http://www.rio.rj.gov.br/web/serio/exibeconteudo?article-id=1272074>).

As principais intervenções do Projeto Olímpico são:

a) “Infraestrutura Urbana: Porto Maravilha (revitalização da região portuária, em Parceria Público-Privada/PPP); Entorno do Maracanã (requalificação urbana do entorno e integração com a Quinta da Boa Vista); Entorno do Engenheiro (requalificação urbana e melhoria nos acessos ao estádio); Entorno do Sambódromo (novas arquibancadas, revitalização da região do entorno e retomada do projeto original de Oscar Niemeyer); Entorno do Parque Olímpico (melhorias nas vias de acesso e construção do Parque dos

Atletas); Plano de Hotéis (para aumento da oferta de hotelaria na cidade, com estímulo a novos investidores).

b) Meio Ambiente: Expansão do saneamento e reforma da rede de esgotos na Zona Oeste; Reabilitação Ambiental da Baixada de Jacarepaguá (recuperação do ecossistema lagunar); Reflorestamento e recuperação da cobertura vegetal do Município com objetivo de reduzir a emissão de gases de efeito estufa; Rede cicloviária (reforma, readequação e expansão da rede).

c) Desenvolvimento Social: Morar Carioca (urbanização e integração dos serviços públicos nas comunidades); Rio Criança Global (universalização do ensino da língua inglesa na rede municipal); Rio em Forma Olímpico (fomento à prática esportiva e à atividade física em áreas públicas)” (<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1197583>).

Em 2010, a Prefeitura do Rio de Janeiro anunciou “a criação da Comissão de Avaliação dos Projetos de Legado Urbano e lançou o "Legadômetro", ferramenta que vai medir o impacto para a cidade dos projetos relacionados à Copa de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016”. A comissão formada por representantes das secretarias municipais será responsável por “analisar e aprovar projetos de intervenção urbana referentes à preparação da cidade para as competições, tendo como referência os critérios do “Legadômetro” - econômicos, urbanísticos, sociais e ambientais” (<http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?article-id=1197583>). É importante que a Prefeitura torne claro quais são esses critérios e qual metodologia os medirá, para cada situação analisada.

Algumas informações reveladas recentemente pela mídia causam preocupação, principalmente se forem lembrados projetos lançados à ocasião do PAN 2007 e duramente criticados. A Relatoria Especial sobre o Direito à Moradia Adequada, da Organização das Nações Unidas (ONU), criticou as autoridades do nosso país devido a despejos de comunidades de locais que receberão obras visando os eventos de 2014 e 2016, com indenizações irrisórias, mencionando violação de direitos humanos. No caso do Rio de Janeiro, as denúncias mais graves estão relacionadas à infraestrutura de transportes, com a remoção de famílias, sendo que para algumas foi dado o prazo de “zero dia” para desocupação (Martins, 2011). A Marina da Glória volta a ser palco de projeto de mais de R\$ 200 milhões a ser iniciado em 2012 e inaugurado antes da Copa de 2014.

5. A ORGANIZAÇÃO NECESSÁRIA

As análises pós evento são raras devido, em parte, ao desmantelamento da organização do evento (Pillay & Bass, 2009); muitas vezes as avaliações são direcionadas em função de instituições governamentais (Collins et al, 2007). Tão ou mais raros são os estudos e pesquisas que visam a medir os benefícios de longo prazo (Gratton et al, 2005; Collins et al, 2007). Collins et al (2007) também enfatizam que existe uma “carência de ferramentas com as quais acessar os efeitos ambientais dos eventos e, em particular, ferramentas que permitam estabelecer o elo entre o consumo relacionado ao evento e os efeitos ambientais”. Gratton et al (2005) salientam a necessidade de concentrar pesquisas na regeneração urbana a longo prazo, fruto de eventos esportivos. Gold & Gold (2008) identificam que um importante tópico de pesquisa, em especial após 2012, será “examinar a realidade dos

legados à luz das previsões” realizadas. Segundo eles, as avaliações dos legados não podem ser desenvolvidas exclusivamente pelos organismos governamentais, sob pena de somente ressaltar os aspectos positivos. Esses autores reiteram alguns temas a serem investigados, no caso de Londres, mas que podem ser relevantes para outras cidades-sede: alterações no padrão de prática de esporte da população após o evento; impactos do marketing da cidade; desenvolvimento do turismo; melhorias na infraestrutura cultural; relação entre o discurso ambientalista e a efetiva existência de sustentabilidade; benefícios na área de transportes; transformação da cidade em prol das pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida; uso da infraestrutura esportiva pós evento; benefícios gerados para outras cidades do país.

Um interessante estudo com propostas metodológicas sobre como avaliar as conseqüências ambientais de um evento esportivo foi desenvolvido por Collins et al (2007), usando 2 métodos distintos num estudo de caso. Dentre eles se destaca a análise da *ecological footprint*¹, um indicador agregado do impacto ecológico global. O conceito de *ecological footprint* “é baseado na idéia de que para a maioria dos tipos de consumo material e energético existe uma área mensurável de terra e de água nos diversos ecossistemas, que deverá fornecer os fluxos de recursos naturais necessários para cada tipo de consumo, bem como a capacidade de assimilação dos rejeitos gerados” (Romeiro, 2001). Collins et al (2007), apesar de reconhecerem possíveis limitações na metodologia que quantifica a *ecological footprint*, consideram a ferramenta útil e a usaram ao analisar os impactos de transportes (exceto transporte aéreo) e de alimentação (comida e bebida) dos visitantes do evento esportivo. Contabilizaram a *ecological footprint* diária para cada visitante quando este se encontra na sua cidade de origem e a *footprint* adicional diária por visitante devido ao fato de estar fora da sua cidade de moradia, participando do evento esportivo. Para alimentação, a *ecological footprint* diária no local do evento foi 4,11 vezes aquela da cidade de moradia; para os transportes, ela foi 13,25 vezes aquela da cidade de moradia. Esses dados vêm reafirmar a importância dos transportes não apenas como infraestrutura fundamental para um megaevento, mas também como impacto no meio ambiente. Vale a pena verificar a viabilidade de estudos e pesquisas deste tipo visando a análise dos impactos de megaeventos no Brasil. Diferentes áreas de conhecimento devem buscar propor pesquisas conjuntas, identificando os grupos que, no país, estejam trabalhando com o conceito de *ecological footprint*, agregando esses grupos nas pesquisas sobre megaeventos.

Uma das bases sobre as quais Barcelona orientou suas ações em 1992 foi a concepção de que a cidade do futuro é fundamentada na união entre administração pública, setor produtivo e universidades (<http://www.rio.rj.gov.br/web/serio/exibeconteudo?article-id=410617>). Concordando com a importância que Barcelona deu à academia, defendemos a proposta de que a academia deve desempenhar um papel relevante de assessoramento a ONGs, representações e movimentos populares, tendo em vista o farto material, sobre o assunto, ao qual os acadêmicos têm acesso, e as pesquisas realizadas. Nesse sentido, a Rede Ibero-Americana de Estudos em Pólos Geradores de Viagens (<http://redpgv.coppe.ufrj.br>) pode tornar públicas informações bibliográficas e outras, uma vez que possui, em seu *site*, um cadastro, em permanente expansão, de referências sobre o tema. Sadd & Jones (2009)

¹Manteremos o termo em inglês por considerar que, até o momento, não existe uma expressão adequada em português.

também defendem a criação de bibliotecas que incluam pesquisas relativas aos megaeventos, além de outros documentos pertinentes. Após o PAN 2007, a Biblioteca do Comitê Olímpico Brasileiro foi ampliada; seria interessante que a centralização de informações bibliográficas levasse em conta a existência dessa biblioteca e a possibilidade de integrar as bases de dados.

Concordamos com Pillay & Bass (2009) que propõem que a definição de legado seja expandida e aberta a debate público, bem como que seja tema de pesquisas acadêmicas. As críticas com relação ao PAN 2007 e a outros eventos esportivos devem nos levar a refletir sobre a necessidade de participação da sociedade civil no acompanhamento dos períodos pré e pós os eventos que ocorrerão no Brasil. O período entre eventos pode ser rico em balanços que levem a ajustes nas medidas a serem tomadas para o segundo evento, criando um espaço importante para participação nas decisões e redefinições necessárias.

O que propomos é que seja realizada uma discussão pública sobre a necessidade e as formas de acompanhamento do processo de organização dos eventos. Não julgamos suficiente a participação da sociedade, por meio de organismos e pessoas que a representem, nas instâncias e estruturas formais descritas anteriormente. Consideramos que tais estruturas oficiais são restritivas e não respondem ao dinamismo atualmente existente de acesso, por parte do cidadão, às mais variadas fontes de informações e mecanismos possíveis de discussão. Além disso, existe a preocupação com a quantidade de organismos citados no item anterior e que, não tendo encontrado menção em contrário, estão ou estarão ativos em futuro próximo: um total de 11 organismos entre comitês, secretarias, conselhos etc. As informações existentes não permitem conhecer detalhadamente que tipo de estruturas são essas, como elas se realimentam e se complementam, imaginando que não haverá superposição de tarefas e de responsabilidades. Mesmo que individualmente tais estruturas possam ser interessantes, a preocupação é se a quantidade de organismos não criará mais um problema (e não uma solução), se transformando em estruturas obsoletas pela falta de uso efetivo, abandonadas logo após a sua criação. A cultura burocrática brasileira reforça essa preocupação: não é por falta de instâncias adequadas ou de legislação pertinente que muitos problemas deixam de ser tratados, mas pelo uso precário ou incorreto dessas instâncias e pela aplicação deficiente das legislações, muitas vezes servindo a interesses pessoais e gerando desperdícios. Além disso, a criação desses organismos não garante que seja estabelecida uma relação entre eles como seria o esperado e o adequado, uma vez que todos tratam dos megaeventos que serão sediados, e suas responsabilidades e âmbito de atuação nem sempre são claramente definidos.

Este artigo propõe que a discussão do acompanhamento dos megaeventos seja pautada em um rol de aspectos relacionados à hospedagem de eventos esportivos, que coloque sob foco objetivos em benefício da população local, constituindo-se, assim, num legado para a comunidade. Neste sentido, com base nas diferentes referências que tratam dos megaeventos e na reflexão a respeito, construímos uma tabela síntese dos diferentes aspectos que estão envolvidos na produção desses eventos e que foram agrupados em 8 'grandes tópicos. Abrimos à discussão uma proposta de valoração dos aspectos listados. Pautando-nos na literatura, classificamos os aspectos segundo seu impacto no tópico considerado: impacto positivo, negativo, nem sempre positivo (embora não se possa

determinar *a priori* que seja negativo) e, finalmente, impacto nem sempre existente (embora na maioria das vezes a sua existência fosse recomendável). Alguns aspectos se repetem em tópicos diferentes e não se pretende que a compilação constante da tabela seja completa e definitiva, mas que seja um início da discussão a respeito. A Tabela 1 pode ser considerada um “cardápio” para orientar o acompanhamento público e independente.

Uma terceira questão decorre da preocupação com a proliferação de organismos (anteriormente citada) e o acompanhamento proposto. Tornar público e transparente o que é realizado pelos governantes é seu dever. No caso dos organismos citados, é fundamental que sua prática e sua atuação sejam divulgadas, em especial que as atas de suas reuniões, contendo decisões tomadas, sejam publicadas na internet. Um *site* específico deve ser criado e deve concentrar todo tipo de informação sobre o andamento do evento que os governos municipal, estadual e federal teriam por obrigação alimentar, tornando a informação de domínio público. É relevante atentar para uma importante observação de Horne & Manzenreiter (2004) de que “as elites utilizam os megaeventos para promover as ideologias dominantes, para marcar o progresso” e para “estabelecer continuidade com o passado”. Para Chen & Spaans (2009), “as elites urbanas tendem a direcionar os Jogos a objetivos corporativos no lugar de objetivos sociais”, e para Pillay & Bass (2009), pode haver um reforço de regimes autoritários como resultado de megaeventos. A nosso ver, a gestão de megaeventos, seu planejamento e implementação devem se pautar em princípios de honestidade com a população local e de práticas éticas.

6. CONCLUSÕES

Os megaeventos colocam processos importantes em movimento, envolvendo recursos significativos. Nesse sentido, trazem riscos e oportunidades para as cidades e países que os sediam. A discussão do legado é o modo de tentar reduzir os riscos e aumentar os benefícios que podem resultar da realização do evento. A busca de articulação e de troca de experiências sobre eventos anteriores e futuros, com outras cidades e países que sediam ou pretendam sediar eventos, é fundamental para orientar as iniciativas e definir o impacto causado, bem como a forma e as características do legado que resultará. Isto é particularmente importante no que diz respeito a países com os quais compartilhamos interesses, como os países em desenvolvimento e emergentes; em particular com aqueles que têm a ambição de sediar eventos, como é o caso dos Brics, cuja união poderia evitar alguns problemas durante a candidatura e na escolha como sede. Já sabemos que irão acontecer os seguintes eventos: Jogos do Commonwealth – Delhi (Índia) 2011, Jogos Olímpicos de Inverno – Sochi (Rússia) 2014.

Porém, não é suficiente garantir o sucesso dos megaeventos do ponto de vista de seu resultado enquanto espetáculo. O próprio termo Megaevento (algo muito acima das possibilidades do homem sem poder) tende a levar as discussões para o concreto e mensurável e tende a colocar a decisão nas mãos de grandes agentes políticos e econômicos desprezando uma dinâmica social descentralizada.

É fundamental aproveitar a realização dos megaeventos evitando que tenham impactos negativos do ponto de vista ecológico e social, e, ao contrário, resultem em benefícios

significativos, melhorando as condições de vida da população local. Refletir sobre o legado e as características que ele terá é fundamental dentro deste ponto de vista. Mobilizar todo tipo de organização para esta discussão é uma tarefa que deve ser iniciada agora. As organizações acadêmicas e de pesquisa podem contribuir para que se tenha consciência das diferentes opções que estão em jogo. A articulação de organizações do Estado, da sociedade civil e empresariais terá um papel importante para aprofundar e dar consequência a estas discussões.

Porém, se quisermos garantir os interesses da maioria da população, não podemos esperar que esta articulação de “representações” e de “mediadores” resolva estes problemas. Ainda que a realização dos eventos e o “aumento” do legado possam ser garantidos, a “repartição” deste último será função do peso dos diferentes agentes nesta discussão. Os vultuosos recursos em jogo fazem com que os diferentes agentes econômicos se preparem para intervir nos destinos desta “repartição”, buscando que tais destinos lhes sejam o mais favorável possível; grandes grupos econômicos também se preparam para disputá-los (por exemplo especulando com imóveis, tentando favorecer seus negócios e áreas etc.). Quanto mais as decisões se derem entre quatro paredes, mais esta consequência será provável. A participação de organizações populares, acadêmicas e ONGs em “Comissões” contribui mas não é suficiente para garantir interesses sociais. Assim, temos que criar condições para que a população possa intervir e garantir, diretamente, seus interesses e necessidades.

Diversas experiências políticas recentes mostram que quando a informação chega à população, esta, usando os recursos que tem à mão com a Internet e as tecnologias interativas, se mobiliza e faz valer seus interesses. Por isso, o que definirá o resultado do legado, a nosso ver, é o aumento da transparência e da informação disponível para a população, permitindo-lhe acesso a todos os processos e encaminhamentos² e tornando públicas todas as decisões tomadas, mesmo as menores dentre elas.

² Já temos experiência disto, ainda que localizada e sem a abrangência necessária aqui. Em 2004, por exemplo, o Ministério das Cidades colocou no seu site a Política Nacional de Trânsito que estava propondo (antes dela ser incorporada ao Código de Trânsito Brasileiro). Foi dado prazo para que qualquer cidadão pudesse ler e enviar sua opinião, inclusive propondo mudanças.

Tabela 1 – Aspectos relacionados à hospedagem de megaeventos esportivos

TOPICO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	ASPECTOS NEM SEMPRE POSITIVOS	ASPECTOS NEM SEMPRE EXISTENTES
PAÍS	prestígio		globalização	
	exposição a nível mundial			
	visibilidade			
	identidade da cultura local			
	divulgação dos eventos via sistemas televisivos			
	promoção do turismo			
CIDADES	regeneração urbana	usos de determinadas áreas	lixo nem sempre reciclável	espaços para lazer e espaços “verdes”
	novas instalações esportivas e públicas	reforço da polarização social existente (áreas ricas e pobres)		recuperação de áreas degradadas e /ou contaminadas
	marketing da cidade	transferência geográfica de problemas sociais		
	criação de novos marcos territoriais	Intrusão afetando rotina da cidade e de sua população		
	melhorias na paisagem urbana	congestionamentos (tráfego) durante construção de infraestrutura		
	criação de marca da cidade			
IMPACTOS SOCIAIS	moradia (aumento do número)	moradia (aumento do valor)	legislações específicas ou alterações	participação democrática
	treinamento de empregados ou para inserção no mercado de trabalho	especulação imobiliária	segurança pública	direitos humanos e liberdades civis
	trabalho voluntário	marginalização de comunidades	nacionalismo esportivo	agenda social para o legado efetivo
	apelo popular do esporte	custos sociais		possibilidade de impactos negativos na saúde (epidemia)
	significado para a população local	consumismo		combate ao <i>hooliganism</i> , ao consumo de álcool, a manifestações de violência
	auto estima			
	assistência médica para trabalhadores durante a preparação			
CULTURA	aumento do conhecimento	globalização da cultura		
	aproximação entre culturas distintas			
	rompimento de limites e fronteiras			
	inclusão cultural			

TO PI CO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	ASPECTOS NEM SEMPRE POSITIVOS	ASPECTOS NEM SEMPRE EXISTENTES
ECONOMIA	turismo	taxas/impostos	mercado esportivo	estudos de viabilidade
	cobertura midiática	decisões sob incerteza	loteria específica durante o evento	emprego de médio e longo prazo
	estudos de viabilidade	alterações no processo normal de planejamento		desenvolvimento regional
	empregos temporários, de curto e de médio prazos	endividamento		estudos de impactos economicos
	empresas e negócios	custo de vida		
	comércio e vendas	contraste entre impactos previstos e impactos reais		
	incentivo à indústria, em especial à da construção civil	riscos financeiros		
	venda de espaços de propaganda nas construções esportivas	comércio ilegal e pirata		
	licenciamento de produtos com mascote, marca da cidade e dos jogos	transferência de orçamento de outras rubricas		
	orçamento próprio			
	propaganda			
	abertura de shopping centers			
	formação de consórcios			
	incentivos fiscais			
ESPORTE	visibilidade	custo de manutenção de instalações esportivas	venda de ingressos	diferentes tipos de atendimento ao espectador/torcedor: centrais de atendimento, <i>sites</i> , guias, ouvidoria
	novas instalações esportivas	baixa demanda futura nas instalações esportivas	consumo do esporte	
	promoção do esporte	deterioração das instalações esportivas		
	promoção da saúde	elitismo esportivo		
	realização de Paraeventos			
	divulgação de <i>fairplay</i>			
	caráter educativo da prática esportiva			
	auto estima local			
	valores olímpicos			
valorização do atleta e da prática esportiva				

TO PI CO	ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS	ASPECTOS NEM SEMPRE POSITIVOS	ASPECTOS NEM SEMPRE EXISTENTES
INFRA ESTRUTURA	aeroportos	desapropriações	pagamento de desapropriações ou de compensações	infraestrutura para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida
	transporte público		lixo	telões instalados em praças públicas para acompanhar jogos
	telecomunicações			sistemas de segurança pública
	moradia			
	implantação de sistemas de água/esgoto			
	novas instalações esportivas e públicas			
	áreas recreativas e turísticas			
	infraestrutura viária			
	centro de convenções para sediar organização do evento			
POLÍTICA	sinergia entre governo federal e local	corrupção	manifestações contrárias	transparência
	relação governos/empresas privadas	boicotes	privatizações e concessões	teste de locais ou de projetos e instalações construídos ou concebidos para o evento
	planejamento logístico da preparação do evento	promoção de ideologias dominantes		transferência de conhecimento entre cidades sede
	criação de organismos (subordinados a órgão público) específicos para assuntos do evento			medidas vigorando durante o evento para diminuir a demanda por viagens (ex: ponto facultativo)
	uso de recursos públicos permite que os contribuintes (população) exerçam seus direitos de controle			estratégias de longo prazo
	relações internacionais			inclusão social
	legislação para efetivamente proteger moradias e outras construções			monitoramento do uso das instalações pós evento
				balanço pós evento, com especial atenção para o que foi realizado, o que faltou e relação com o uso durante o evento
				incentivo à pesquisa científica em tópicos relativos a megaeventos
				estudos de impactos ambientais e sociais apoio da população e das comunidades

Fontes: Andranovich et al (2001); Horne & Manzenreiter (2004); Bovy (2008); Gold & Gold (2008); Benedicto (2009); Curi (2009); Sadd & Jones (2009); Silvestre (2009); Chen & Spaans (2009); Curi et al (2011).

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem ao CNPq pelo apoio a esta pesquisa.

REFERÊNCIAS

- Andranovich, G.; Burbank, M.J.; Heying, C.H. (2001) Olympic Cities: lessons learned from mega-event politics. *Journal of Urban Affairs*, Vol. 23, No. 2, 113-131.
- Behnken, L.M.; Godoy, A. (2009) O relacionamento entre as esferas pública e privada nos Jogos Pan-Americanos de 2007. Os casos da Marina da Glória e do Estádio de Remo da Lagoa. *Esporte e Sociedade*, No. 10.
- Benedicto, D.B.M. (2009) Desafiando o coro dos contentes: vozes dissonantes no processo de implementação dos Jogos Pan-Americanos, Rio 2007. *Esporte e Sociedade*, No. 10.
- Bovy, P. (2008) "Olympic Games transport transfer of knowledge". HITE/Oltransp./Bovy-version XYZ. Disponível em http://www.mobility-bovy.ch/resources/My-Publications/20_HITE.Athens-07.pdf Acesso em 16/02/2011.
- Carvalho, A.C.W.; Braga, M.G.C. (2007) Aspectos da mobilidade na cidade do Rio de Janeiro, antes e depois do PAN 2007. *Anais do XXI ANPET Congresso de Pesquisa e Ensino em Transportes*, Rio de Janeiro.
- Chen, Y.; Spaans, M. (2009) Mega-event strategy as a tool of urban transformation: Sydney's experience. *Proceedings of The 4th International Conference of the International Forum on Urbanism*. Amsterdam/Delft. Disponível em http://newurbanquestion.ifou.org/proceedings/2%20The%20New%20Urban%20Economy/A006_Chen_Yawei_Spaans_Marjolein_Mega-event%20strategy%20as%20a%20tool%20of%20urban%20transformation.pdf. Acesso em 16/02/2011.
- Collins, A.; Flynn, A.; Munday, M.; Roberts, A. (2007) Assessing the environmental consequences of major sporting events: the 2003/04 FA Cup Final. *Urban Studies*, Vol. 44, No. 3, 457-476.
- Curi, M. (2009) As arenas do Pan: os espectadores entre service e repressão. *Esporte e Sociedade*, No. 10.
- Curi, M.; Knijnik, J.; Mascarenhas, G. (2011) The Pan American Games in Rio de Janeiro 2007: consequences of a sport mega-event on a BRIC country. *International Review for the Sociology of Sport*. Disponível em: <http://irs.sagepub.com/content/early/2011/02/03/1012690210388461>. Acesso em 17/02/2011.
- Darido, G. (2010) Transport and Mega-events – How to get the most bang for the buck? Disponível em <http://blogs.worldbank.org/transport/transport-and-mega-events-how-to-get-the-most-bang-for-the-buck>. Acesso em 16/02/2011.
- Donha, E.L.; Bonin, A.P.C.; Maoski, D. (2010) Pan-Americano 2007 e Olimpíadas 2016: legados compatíveis, complementares ou divergentes? *Anais do II Seminário Nacional Sociologia & Política*, Volume 15, Curitiba. Disponível em <http://www.seminariosociologiapolitica.ufpr.br/anais/GT15/Eliza%20Lins%20Donha%20e%20Ana%20Paula%20Cabral%20Bonin.pdf>. Acesso em 20/04/2011.
- Gold, J.R.; Gold, M.M. (2008) Olympic cities: regeneration, city rebranding and changing urban agendas. *Geography Compass* 2/1; 300-318.
- Gratton, C.; Shibli, S.; Coleman, R. (2005) Sport and economic regeneration in cities. *Urban Studies*, Vol. 42, Nos. 5/6, 985-999.
- Horne, J.D.; Manzenreiter, W. (2004) Accounting for mega-events: forecast and actual impacts of the 2002 Football World Cup Finals on the host countries Japan/Korea. *International Review for the Sociology of Sport*, 39, 187-203.



Horne, J.; Manzenreiter, W. (2006) An introduction to the sociology of sports mega-events. *The Sociological Review*, Volume 54, Issue Supplement s2, 1-24.

Martins, R. (2011) No vale-tudo das Olimpíadas. *Carta Capital*, Edição 642, 52-53.

Mascarenhas, G.; Borges, F.C.S. (2009) Entre o empreendedorismo urbano e a gestão democrática da cidade: dilemas e impactos do Pan-2007 na Marina da Glória. *Esporte e Sociedade*, No. 10.

Pillay, U. & Bass, O. (2009) Mega-events as a response to poverty reduction: the 2010 World Cup and urban development. In: Pillay, U., Tomlinson, R. & Bass, O. (eds). *Development and dreams: the urban legacy of the 2010 Football World Cup*. Cape Town: HSRC Press. 76-95. Disponível em: www.hsrcpress.ac.za. Acesso em 16/02/2011.

Raeder, S. (2009) Conflitos no ordenamento territorial em sedes de megaeventos esportivos. *Esporte e Sociedade*, No. 10.

Romeiro, A.R. (2001) Economia ou economia política da sustentabilidade? Texto para Discussão. IE/UNICAMP, No. 102, 1-28. Disponível em <http://cursa.ihmc.us/rid=1GM431YJX-G9XCVN-S9/economia%20ou%20economia%20da%20pol%C3%ADtica%20da%20sustentabilidade.pdf>. Acesso em 24/04/2011.

Sadd, D.; Jones, I. (2009) The long-term legacy implications for London 2012. In: Raj, R. and Musgrave, J., eds. *Event Management and Sustainability*. Wallingford, UK: CABI, pp. 90-98. Disponível em http://eprints.bournemouth.ac.uk/13917/2/chap_14_sadd_and_jones.pdf. Acesso em 16/02/2011.

Silvestre, G. (2009) The social impacts of mega-events: towards a framework. *Esporte e Sociedade*, Ano 4, No. 10, 1-26.

Souza, J.; Marchi Júnior, W. (2010) Os “legados” dos megaeventos esportivos no Brasil: algumas notas e reflexões. *Motrivência*, No. 34, 245-255.